

## Nota do Gabinete do Ministro Edson Fachin

Com pesar, recebemos informação do falecimento do ex-deputado Nelson Meurer, ocorrido na data de 12.7.2020, motivado pela COVID-19. Expressamos antes de tudo o devido respeito ao luto.

Registra-se, outrossim, a divulgação de elementos processuais que podem ser esclarecidos.

Desdobramentos após o início do recesso no Supremo Tribunal Federal:

Em **2.7.2020**, após o início do recesso, a parte requer a apreciação com urgência da questão de ordem (QO) dirigida em 29.6.2020 ao Eminentíssimo Ministro Gilmar Mendes como Presidente da Segunda Turma visando a revisão da proclamação do resultado do julgamento de agravo regimental em que mantida, pela Turma, a decisão que indeferiu a pretendida prisão domiciliar, nos termos da alteração na Resolução 642/2019 pela Resolução 684/2020, ambas do Supremo Tribunal Federal.

Em **7.7.2020**, houve despacho do Ministro Presidente DIAS TOFFOLI nos EMB.DECL. NOS SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO PENAL 996, assentando que o caso não se enquadra na hipótese de atuação excepcional da Presidência.

A petição registrada sob n. 53510/2020, protocolada em **9.7.2020**, ou seja, durante o recesso forense, remetendo-se ao Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, nos termos do artigo 13, VIII, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, consigna que, no dia **6.7.2020**, Nelson Meurer fora internado na Policlínica São Vicente de Paula, localizada no município de Francisco Beltrão/PR, com suspeita de infecção da COVID-19.

Transcurso anterior:

Na tramitação da Ação Penal 996 anotamos que Nelson Meurer, condenado à pena de 13 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão em regime inicial fechado, com julgamento concluído em 29.5.2018, e com formação do trânsito em julgado em 29.10.2019, cumpria a pena privativa de liberdade na Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão/PR desde 30.10.2019.

Diante de fatos de 2008, a denúncia foi apresentada pela Procuradoria Geral da República em 22.10.2015, tendo sido recebida em julgamento da Segunda Turma em 21.6.2016. Instaurada a fase subsequente do processo, a ação penal teve o julgamento iniciado em 15.5.2018 e finalizado em 29.5.2018, tendo sido o acórdão publicado em 11.2.2019. Houve, após, o primeiro recurso de embargos de declaração opostos em 15.2.2019; os embargos de declaração restaram incluídos em pauta em 28.3.2019 e foram a julgamento em 23.4.2019, cujo acórdão foi publicado em 24.5.2019. Houve, então, o segundo recurso de embargos de declaração opostos em 31.5.2019. Tais segundos embargos foram levados em mesa para julgamento na Segunda Turma em 17.6.2019, mas não apreciados nessa

sessão. A preferência no julgamento dos segundos embargos foi indicada à Presidência da Turma em 16.8.2019, havendo inclusão, mas não apregoados, nas pautas das sessões dos dias 10.9.2019 e 17.9.2019. Os embargos de declaração foram, então, decididos monocraticamente em 29.10.2019. Contra as decisões monocráticas foram interpostos agravos regimentais em 11.11.2019, formando a PET 8510. O colegiado da Segunda Turma julgou os agravos regimentais na sessão virtual de 12 a 19.6.2020, aos quais a Turma negou provimento. O acórdão foi publicado em 30.6.2020.

O primeiro pedido de prisão domiciliar formulado pela defesa foi indeferido em 5.12.2019, oportunidade em que foi oficiado o Juízo de Francisco Beltrão para providenciar perícia médica específica no condenado.

Após a nova perícia, e agregando o argumento da pandemia, a defesa reiterou o pedido, indeferido em 2.4.2020 ao se levar em conta a situação prisional local detalhada pelo juízo da Vara de Execuções Penais competente no sentido do cumprimento das diretrizes constantes da Recomendação 62/2020 do CNJ. A decisão monocrática, sem olvidar do enquadramento de Nelson Meurer no grupo de vulnerabilidade, pautou-se na realidade apresentada pelo juízo corregedor de referida penitenciária, no sentido de que não se encontrava com ocupação superior à capacidade, destacando a existência de equipe de saúde lotada no estabelecimento. Ressaltamos que, à época, o juízo da Vara de Execuções Penais informou que no âmbito da Penitenciária “inexistem casos confirmados de pessoas infectadas com o coronavírus” (a data da assinatura digital do magistrado 23.3.2020. Informações protocoladas na AP 996 sob n. 0016714, em 24.3.2020).

O colegiado da Segunda Turma julgou a decisão que indeferiu pedido de prisão domiciliar em 2.4.2020. A defesa interpôs agravo regimental em 8.4.2020, levado a julgamento pelo colegiado da Segunda Turma na sessão virtual de 29.5.2020 a 5.6.2020.

Prestados estes esclarecimentos, reiteramos os pêsames pelo falecimento de Nelson Meurer.

Brasília, 14 de julho de 2020.